

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS PROFESSOR
FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

JULIANE HELLMANN VATANABE

**O ABANDONO DIGITAL INFANTIL COMO HIPÓTESE DE NEGLIGÊNCIA
PREVISTA NO ARTIGO 98, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL
2017**

JULIANE HELLMANN VATANABE

**O ABANDONO DIGITAL INFANTIL COMO HIPÓTESE DE NEGLIGÊNCIA
PREVISTA NO ARTIGO 98, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora Dr.^a Maria Priscila Soares Berro.

**CACOAL
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

V342a Vatanabe, Juliane.

O abandono digital infantil como hipótese de negligência prevista no artigo 98, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente / Juliane Vatanabe. -- Cacoal, RO, 2017.

58 f.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria Priscila Soares Berro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Proteção Integral - Doutrina. 2. Direito digital. 3. Pais - Responsabilidade civil. 4. Abandono digital. 5. Proteção - Medidas. I. Berro, Maria Priscila Soares. II. Título.

CDU 347.64

O ABANDONO DIGITAL INFANTIL COMO HIPÓTESE DE NEGLIGÊNCIA PREVISTA NO ARTIGO 98, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

JULIANE HELLMANN VATANABE

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professora Dra. Maria Priscila Sores Berro – UNIR – Presidente

Professor Mestre Victor de Almeida Conselvan– UNIR – Membro

Professora Mestra Ozana Rodrigues Boritza– UNIR – Membro

Conceito: 93.

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

Aos meus pais por todo o apoio ofertado, pelas palavras de incentivo e por estarem sempre presentes durante os momentos difíceis, mas principalmente, por seu amor e preocupação.

À minha irmã e amigas pelas conversas motivadoras e pelas discussões que me fizeram me aproximar mais do tema para confecção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela bênção da vida e do aprendizado, por estar presente em todos os dias e todas as escolhas da minha existência. Por não me abandonar mesmo quando eu queria desistir de tudo.

Aos meus pais, Adélia Juliana Hellmann Vatanabe e Emerson Vatanabe, por me incentivarem a buscar o melhor, comemorarem as minhas vitórias e estarem sempre prontos para me amparar nas minhas derrotas.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Maria Priscila Soares Berro, por sua paciência em me ensinar os caminhos para elaboração desse trabalho.

Às minhas melhores amigas Michelle Pavani dos Santos Almo e Rayssa da Silva Lopes de Barro por todo o apoio e conversas maravilhosas que me incentivaram nessa fase de finalização do curso de Direito.

À minha irmã, Natália Hellmann Vatanabe, pelo seu carinho durante todos esses anos.

Ao meu namorado pela compreensão e companheirismo de toda a vida.

“Você deixaria seu filho sozinho o dia todo, sentado na calçada, sem saber com quem ele teria contato ou por quem seria abordado? Então por que será que hoje há tantos jovens assim, abandonados na calçada digital da internet?”

(Patricia Peck Pinheiro)

RESUMO

O trabalho apresenta a análise do instituto do abandono digital infantil como hipótese de negligência, levando-se em conta o preconizado pela Doutrina da Proteção Integral, assim como o regulamentado pelo Direito Digital. Sendo assim, pelo método dedutivo e pesquisa bibliográfica, perquiriu-se a identificação do abandono digital infantil pela responsabilidade civil dos pais, diante do seu dever de cuidado e exercício regular do poder familiar, bem como do entendimento da abrangência do Direito Digital como novo olhar do Direito. Essa identificação seguiu o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, correlacionado com a Constituição Federal e o Código Civil, sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, a qual salvaguarda a condição de sujeito de direitos às crianças e adolescentes. Além disso, o presente trabalho investigou acerca das medidas de proteção presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de buscar adequação aos casos de abandono digital infantil.

Palavras-chave: Doutrina da Proteção Integral. Direito Digital. Responsabilidade civil dos pais. Abandono digital. Medidas de Proteção.

ABSTRACT

This work presents the analysis of the institute of the digital abandonment of children as a hypothesis of negligence, taking into account the Doctrine of Integral Protection, as well as the regulations of the Digital Law. Thus, through the method of deduction and bibliographical research, the identification of the digital abandonment of children by the parents' civil responsibility was sought, given the parent's duty to care for and exercise their regular family power, as well as the understanding of the scope of Digital Law as a new look of Law. This identification followed the provisions of the Statute of the Child and Adolescent, correlated with the Federal Constitution and the Civil Code, under the aegis of the Doctrine of Integral Protection, which safeguards the condition of subject of rights to children and adolescents. In addition, the present study investigated the protection measures present in the Child and Adolescent Statute in order to seek adequacy for cases of child digital abandonment.

Keywords: Doctrine of Integral Protection. Digital Law. Parental responsibility. Digital abandonment. Protective Measures.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA.....	11
1.1 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	20
1.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	22
2 ABANDONO DIGITAL INFANTIL	27
2.1 DO DIREITO DIGITAL	28
2.2 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS	32
2.3 DO ABANDONO DIGITAL.....	35
2.3.1 Do abandono digital infantil	38
3 MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTATUTO INFANTOJUVENIL	42
3.1 DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO ELENCADAS NO ARTIGO 101 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
OBRAS CONSULTADAS	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar o abandono digital infantil pela perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a égide da Doutrina da Proteção Integral, consagrada no Brasil no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a Doutrina da Proteção Integral, mudança de paradigma para a compreensão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, eleva a criança e o adolescente ao tratamento prioritário e salvaguarda seus direitos de maneira plena e ampla.

O primeiro capítulo versará sobre uma breve evolução legislativa, compreendendo exatamente a Doutrina da Situação Irregular e a mudança para a Doutrina da Proteção Integral. A primeira com o entendimento acerca da criança e do adolescente como objetos de aplicação da lei, por estarem em situação de risco. Enquanto a segunda trata-os como pessoas dignas e sujeitos de direitos que merecem total e prioritária proteção diante de sua condição em desenvolvimento.

No segundo capítulo far-se-á uma abordagem do que é o Direito Digital, compreendido como novo olhar do Direito em si diante das evoluções sociais e tecnológicas; bem como da responsabilidade civil dos pais – dever de cuidado e assistência dos pais em relação aos filhos, a fim de introduzir o abandono digital infantil.

Assim, compreendidos os assuntos anteriores, tem-se a composição do que seria entendido como abandono digital, perante a negligência dos pais na falta de monitoramento dos filhos na internet, como previsão do artigo 98, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), sendo que esse instituto será analisado tendo como foco a criança.

Por fim o capítulo três prestar-se-á ao entendimento acerca das medidas de proteção elencadas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), medidas essas que visam à intervenção do Estado para a proteção aos direitos previstos às crianças; bem como, elucidará quais seriam as medidas aplicáveis nos casos de abandono digital infantil.

Nesse diapasão, no decorrer dessa busca pela compreensão do abandono digital infantil, como hipótese de negligência do artigo 98, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, com investigação bibliográfica e em procedimento funcional, com vistas à utilização de livros doutrinários, legislação, teses, dissertações e artigos científicos correlacionados ao tema.

1 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA

A palavra doutrina conceituada por Ferreira (2011, p. 340) significa “1. Conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso, político, filosófico, científico, etc. 2. Ensino”.

Doutrina, conforme interpretação da significação da palavra, caracteriza-se por ser “[...] um conjunto de enunciados lógicos, que exprimem um valor ético maior, organizada por meio de normas interdependentes [...]” (MACIEL, 2014, p. 52).

No Direito da Criança e do Adolescente houve duas grandes doutrinas que marcaram diferentes óticas para interpretação das normas relativas às crianças e aos adolescentes. Sendo elas: a Doutrina da Situação Irregular; e a Doutrina da Proteção Integral. Esta atualmente adotada. Partir-se-á da primeira para maior entendimento da mudança de paradigma acerca da condição da criança e do adolescente e consequente compreensão sobre a Doutrina da Proteção Integral à criança e ao adolescente.

A Doutrina da Situação Irregular tem como foco a prática de delitos cometidos por crianças e adolescentes, à época chamados menores. Não se havia o entendimento de que as crianças e os adolescentes seriam sujeitos de direitos, mas que, diante da crescente delinquência, dever-se-ia resguardar a sociedade de eventual infração penal.

Assim:

A influência externa [como o Congresso Internacional de Menores e a Declaração de Gênova de Direitos da Criança] e as discussões internas levaram à construção de uma Doutrina do Direito do Menor, fundada no binômio carência-delinquência. Era a fase da criminalização da infância pobre. Havia uma consciência geral de que o Estado teria o dever de proteger os menores, mesmo que suprimindo suas garantias. Delineava-se, assim, a Doutrina da Situação Irregular (MACIEL, 2014, p. 47):

Nesse diapasão, foi criado em 1926 o Código de Menores do Brasil (Decreto nº 5.083). Primeiro decreto criado a fim de regulamentar a situação das crianças e adolescentes abandonados. E no ano posterior, foi substituído pelo Código Mello Mattos (Decreto nº 17.943-A).

Esse novo código possuía como principal característica a conferência de maior poder ao Juiz de Menores, o qual aliava as medidas assistenciais e punitivas

com a finalidade de exercer maior controle para evitar ocorrência de delitos pela agora constituída categoria de menores (MACIEL, 2014).

Na mesma vertente, aos 10 de outubro de 1979, foi formulado o Código de Menores (Lei nº 6.697), corroborado pela Doutrina da Situação Irregular (MACIEL, 2014).

Ishida (2014, p. 2) sintetiza a Doutrina da Situação Irregular da seguinte forma: "[...] A doutrina da situação irregular limitava-se basicamente a 3 (três) matérias: (1) menor carente; (2) menor abandonado; (3) diversões públicas".

E ainda:

[...] Na vigência do Código de Menores, não havia a distinção entre criança e adolescente (havia apenas a denominação "menor") e não havia obediência aos direitos fundamentais, admitindo-se, p. ex., a apreensão fora da hipótese de flagrante ou de busca e apreensão [...] (ISHIDA, 2014, p. 5).

A incidência do Código de Menores era restrita ao conceito de menor – criança ou adolescente em situação irregular; por privação de necessidades básicas ou cometimento de infração penal. Portanto, o paradigma da situação irregular apenas atendia àqueles que se enquadravam no referido conceito, não abrangendo a universalidade de crianças e adolescentes.

O artigo 2º do Código de Menores trata como menor aquele

[...] privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, em razão da falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; as vítimas de maus-tratos; os que estavam em perigo moral por se encontrarem em ambientes ou atividades contrárias aos bons costumes; o autor de infração penal e ainda todos os menores que apresentassem "desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária" (MACIEL, 2014, p. 54).

A privação ao normal desenvolvimento pelos pais, o desvio de conduta, ações contrárias aos bons costumes e o cometimento de infração penal constituíam a situação de risco, que discriminava os menores dos demais, impondo-lhes a aplicação do código, a fim de sanar sua conduta diante da ameaça que trazia à sociedade.

O menor, desse modo, era caracterizado como aquele que não havia nascido em condições normais, não se tornava uma "boa criança", mas era considerado "menor" por natureza (SARAIVA, 2013).

Dessa forma, a competência para resolução de conflitos era completamente distinta: enquanto as crianças bem-nascidas seriam julgadas pelas Varas de Família, o menor seria julgado pelos Juizados de Menores (SARAIVA, 2013).

Junqueira (2014, p. 43-44) também faz suas considerações acerca do tratamento díspar aplicado:

[...] tanto crianças, quanto adolescentes, receberam um tratamento secundário, enxergados, se muito, quão simples objetos e incapazes, coadjuvantes em direitos. Ademais disto, adotou-se, de forma corriqueira, o uso da expressão 'menor' à referência dos jovens, dando-se margem a políticas díspares, de acordo com a classe, bem como, origem de cada pessoa. Curioso notar que às crianças de maior poder aquisitivo, então herdeiras de ricas famílias, concedia-se a intervenção do Direito de Família. Já às outras, menos abastadas, em adendo a toda uma carga negativa a atingi-las com o preconceito e a marginalização, aplicava-se o Juizado de Menores. Também de nada valia a opinião do jovem, ficando submisso a dos demais que, por ele, decidiram. Noutro aspecto, não menos relevante, deu-se consideração indistinta entre crianças de rua, vítimas quase exclusivas do descaso social, diante de outras que, embora também apartadas das políticas públicas, como àquelas, acabaram por infringir a lei, a quem se definiu como: "menino delinquente", "criança infratora" ou mesmo "pivete", de modo pejorativo.

Percebe-se uma objetivação da pessoa do menor, uma vez que essa não é ao menos sujeito de direitos, mas apenas objeto de proteção da lei. Diante de fato que configura a situação de risco, seria aplicado o Código de Menores, que, por muitas vezes, trazia penas privativas de liberdade e não era oportunizado ao menor julgamento com tantas garantias quanto ao de um adulto (SARAIVA, 2013).

De igual forma, a doutrina da situação irregular foi uma grande inovação para promulgação do Código de Menores, mas não trouxe muitas mudanças no que se refere ao assistencialismo e arbitrariedade do antigo Código Mello Mattos. A criança e o adolescente continuariam sendo objetos da incidência da norma quando se encontrassem nas condições de situação de risco (FERRANDIN, 2009).

Apesar de aparente desconsideração das garantias fundamentais a esses menores, sendo tratados como meros objetos de aplicação da norma, que mais os discriminava na vida social e familiar; o ano de 1979 lembrado, no Brasil, como o ano de criação do Código de Menores, passou a ser considerado o Ano Internacional da Criança (MACIEL, 2014).

Isso ocorreu, principalmente, pelo fato de já terem se passado vinte anos desde a elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), com conteúdo meramente programático, portanto seria necessária averiguação de cumprimento dos direitos nela enunciados (SARAIVA, 2013).

Diante do evidente descaso, depreendeu-se a indispensabilidade de se criar uma norma cogente que fosse capaz de concretizar os ideais da Declaração

Universal dos Direitos da Criança. Por isso, por representação da Polônia, foi proposta a elaboração de uma Convenção para tratar do caso (MACIEL, 2014).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança esboçou o primeiro passo para a mudança de paradigma tão necessária para a época, com o intuito de colocar fim ao tempo de descaso e objetivação da pessoa da criança e do adolescente.

Essa Declaração foi constituída de dez princípios garantidores do desenvolvimento saudável da criança, dentre os quais se pode citar os princípios 6º, acerca da convivência familiar e afeto; e 9º, resguardo de qualquer forma de negligência ou exploração:

Princípio 6º

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

[...]

Princípio 9º

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. [...] (ONU, 1959).

Contudo, por seu conteúdo ser programático, ou seja, sem dever de aplicação pelos Estados signatários, pouco se percebeu quanto a mudanças no tratamento e proteção a crianças e adolescentes (MACIEL, 2014). Daí a imprescindibilidade de criação de uma norma cogente.

Sendo assim, em 1989, foi aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, documento com força coercitiva com o propósito de se fazer cumprir os preceitos buscados antes pela Declaração dos Direitos da Criança, sendo o Brasil um dos Estados signatários (SARAIVA, 2013).

A Convenção sobre os Direitos da Criança rompe com os fundamentos estabelecidos para o tratamento das crianças e dos adolescentes, propondo nova doutrina a ser seguida: a Doutrina da Proteção Integral.

Seria a reviravolta para a “[...] nova condição (a partir da Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança) de sujeito do processo, titular de direitos e

obrigações próprios de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento” (SARAIVA, 2013, p. 51).

Nesse diapasão,

Este conjunto normativo revogou a antiga concepção tutelar, trazendo a criança e o adolescente para uma condição de sujeito de direito, de protagonista de sua própria história, titular de direitos e obrigações próprios de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, dando um novo contorno ao funcionamento da Justiça de Infância e Juventude, abandonando o conceito de menor, como subcategoria de cidadania (SARAIVA, 2013, p. 64-65).

Portanto, crianças e adolescentes não mais seriam chamados de “menores”, mas sim sujeitos de direitos fundamentais, assim como os demais seres humanos, surgindo, desse modo, o Direito da Criança e do Adolescente, com características de universalidade e exigibilidade (MACIEL, 2014).

O entendimento supra ganhou espaço no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os valores sociais, tão massacrados no período da ditadura militar¹, vigoraram com o anseio de uma sociedade mais fraterna e voltada à garantia de direitos coletivos:

A intensa mobilização de organizações populares nacionais e de atores da área da infância e juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais, como o Unicef, foi essencial para que o legislador constituinte se tornasse sensível a uma causa já reconhecida como primordial em diversos documentos internacionais, como a Declaração de Genebra, de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948); a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969) e Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras Mínimas de Beijing (Res. 40/33 da Assembleia-Geral, de 29 de novembro de 1985). A nova ordem rompeu, assim, com o já consolidado modelo da situação irregular e adotou a doutrina da proteção integral (MACIEL, 2014, p. 49).

Dessa forma, a grande expressão no ordenamento jurídico nacional da influência exercida pelos citados diplomas legais e principalmente pela Convenção sobre os Direitos da Criança é a existência do artigo 227 do Capítulo VII da Constituição Federal de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura,

¹O período da ditadura militar (1964-1985) caracterizou-se pela tomada de poder pelos militares brasileiros, por meio de um golpe de estado. Esse período foi marcado pela cassação de direitos políticos daqueles contrários ao sistema, bem como pela violação de liberdades individuais, principalmente com relação à censura aos meios de comunicação e artistas da época (ALMANAQUE ABRIL, 2012).

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Vê-se o esforço de milhares de eleitores e mobilizadores para inclusão dos direitos infantojuvenis na Constituição Federal de 1988, adotando a Doutrina da Proteção Integral como sistema garantista de defesa da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e em desenvolvimento, por isso merecedores de tutela especial (MACIEL, 2014).

Ainda:

A inserção do art. 227 na Constituição Federal de 1988 conferiu aos sujeitos, em estado especial de desenvolvimento, uma gama de direitos, representando conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, o que trouxe os avanços da normativa internacional para a população infantojuvenil brasileira (FERRANDIN, 2009, p. 46-47).

A criança e o adolescente passam a ser núcleo de proteção e garantismo legal com a Constituição Federal de 1988, que ditou uma nova ordem para a legislação brasileira como um todo, culminando na criação da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante do exposto, nota-se que a Doutrina da Proteção Integral determinou novo paradigma para compreensão dos seres em desenvolvimento, que seriam a criança e o adolescente:

[...] crianças e adolescentes são considerados, de fato e de direito, os legítimos protagonistas, tratados em pé de igualdade, sem desprezo, além do mais, as peculiaridades pertinentes à sua especial condição, qual seja, a de pessoas em desenvolvimento (JUNQUEIRA, 2014, p. 46)

Esse novo paradigma transforma em responsabilidade da família, do Estado e da sociedade a proteção à criança e ao adolescente, não mais restringindo sua aplicação aos “menores em situação irregular ou de risco”, mas a toda universalidade de pessoas em desenvolvimento que merecem a garantia dos direitos adquiridos pela nova doutrina.

De se destacar:

[...] a doutrina da proteção integral é formada por um conjunto de enunciados lógicos, que exprimem um valor ético maior, organizada por meio de normas interdependentes que reconhecem criança e adolescente como sujeitos de direito. A doutrina da proteção integral encontra-se insculpida no art. 227 da Carta Constitucional de 1988, em uma perfeita integração com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (MACIEL, 2014, p. 52).

Desse modo, a implementação do artigo 227 na Constituição Federal, trouxe a necessidade de se adequar a norma infraconstitucional, o que resultou no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), também fundamentado na Doutrina da Proteção Integral.

Considera-se o Estatuto da Criança e do Adolescente como um

[...] sistema aberto de regras e princípios. As regras nos fornecem a segurança necessária para delimitarmos a conduta. Os princípios expressam valores relevantes e fundamentam as regras, exercendo uma função de integração sistêmica, são os valores fundantes da norma (MACIEL, 2014, p. 59).

Os tutelados pelo novo Estatuto, desfazendo-se da categoria de menor difundida pelo antigo paradigma da Doutrina da Situação Irregular, seriam considerados pessoas em desenvolvimento, agora equiparados aos demais seres humanos.

Além disso, por estar assentado na Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto fundamenta-se no entendimento de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e

[...] sujeitam-se a obrigações compatíveis com a peculiar condição de desenvolvimento que desfrutam, rompendo, definitivamente, com a ideia até então vigente de que os Juizados de Menores seriam uma justiça para os pobres, na medida em que na doutrina da situação irregular se constava que para os bens nascidos, a legislação baseada naquele primado lhes era absolutamente indiferente (SARAIVA, 2013, p. 91).

Imperioso ressaltar quanto à estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente, diante da importância de sua criação e vigência para o ordenamento jurídico brasileiro e para a concretização da mudança de paradigma instituída pela Doutrina da Proteção Integral.

Desta feita, tem-se que

A Lei nº 8.069/90 foi um marco em termos de legislação em geral. Como o Código de Defesa do Consumidor tornou-se um exemplo de modelo a ser seguido. Tanto é que o Estatuto do Idoso foi praticamente uma cópia do ECA. A divisão em parte geral e parte especial seguiu o modelo tradicional que aparece, p. ex. no Código Civil e no Código Penal. Todavia, no seu conteúdo, o ECA foi original na sua apresentação. O Título I e Título II foram influenciados pela legislação da ONU e principalmente pela Constituição Federal, tratando dos direitos fundamentais. As regras de Beijing influenciaram também o próprio procedimento infracional. O próprio termo Justiça da Infância e da Juventude (item 5) é mencionado nestas regras. Segundo relato do Desembargador Amaral, o anterior Código de Menores permitia muitas decisões injustas (entrevista no site www.promenino.org.br)

e as normas que a comissão redatora do ECA propunha já era prevista na OIT e na recomendação das Nações Unidas. [...] (ISHIDA, 2014, p. 6).

Essa integração entre normas e princípios confere ao Estatuto uma proteção baseada na completude do ordenamento jurídico – tendo em vista que sua interpretação deve ser feita utilizando as demais normas para aplicação plena, principalmente a Constituição Federal.

Desse modo, existem essencialmente três princípios norteadores da Doutrina da Proteção Integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente: “1) princípio da prioridade absoluta; 2) princípio do melhor interesse; 3) princípio da municipalização” (MACIEL, 2014, p. 60).

O primeiro princípio da prioridade absoluta trata da escolha realizada pelo legislador em colocar os interesses das crianças e adolescentes como prevalentes aos demais sujeitos de direitos. Essa primazia é reflexo dos direitos determinados pelo já citado artigo 227 da Constituição Federal, como garantia de concretização dos mesmos (MACIEL, 2014).

Nesse sentido,

A imposição da lei é de que todos desempenhem seu papel com eficiência. A família com o dever de apoio psicológico, de formação moral, de facilitação e provimento do exercício de direitos e de priorização do menor em sua esfera de ação (o que significa renunciar coisas que a auto-beneficiariam em prol da criança e do adolescente que de algo essencial necessitarem). A sociedade, com a obrigação de reivindicar medidas dos entes públicos e de tomar providências, se próxima à criança e ao adolescente, observar comportamento incongruente com o bem-estar da comunidade e situações de risco. Ao poder público, por sua vez, que abrange o judiciário, o legislativo e o executivo, compete despender atenção prioritária aos assuntos relacionados à infância e à juventude e ter como escopo a garantia da gama de direitos que, na teoria, é assegurada (FERRANDIN, 2009, p. 101).

Assim, constitui responsabilidade integrada entre a família, o Estado e a sociedade, a implementação de condutas que visem ao tratamento prioritário da criança e do adolescente, como é preconizado pela legislação brasileira, garantindo-lhes o exercício dos seus direitos com prioridade.

O segundo princípio, do melhor interesse, foi adotado pela Declaração dos Direitos da Criança em 1959, conforme a Doutrina da Proteção Integral, diferentemente do que estava presente no Código de Menores.

Pelo Código de Menores era adotado o entendimento do Julgador como aquele que melhor compreendia os interesses da criança ou do adolescente, ainda que a decisão implicasse em apenas entendimento subjetivo do Poder Judiciário,

sem concretamente corresponder à implementação daquilo que seria o melhor para a criança ou para o adolescente.

Conforme a interpretação atual,

[...] na análise do caso concreto, acima de todas as circunstâncias fáticas e jurídicas, deve pairar o princípio do melhor interesse, como garantidor do respeito aos direitos fundamentais titularizados por crianças e jovens. Ou seja, atenderá o princípio do melhor interesse toda e qualquer decisão que primar pelo resguardo amplo dos direitos fundamentais, sem subjetivismos do intérprete. Melhor interesse não é o que o Julgador entende que é melhor para a criança, mas sim o que objetivamente atende à sua dignidade como criança, aos seus direitos fundamentais em maior grau possível. [...] (MACIEL, 2014, p. 69).

Posto isso, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, norteador do entendimento de decisões jurídicas, não se baseia em compreensão subjetiva, mas sim, naquilo que a lei garante aos seus tutelados, como pessoas em desenvolvimento e dignas de proteção.

Por fim, o terceiro princípio da Municipalização compreende a descentralização e distribuição de competências com a finalidade de melhor efetivação do atendimento, fiscalização e implementação de políticas públicas com vistas à realidade local, devido à determinação legal que trata as garantias das crianças e dos adolescentes também como responsabilidade do Estado (MACIEL, 2014).

Assim é determinado pelo artigo 100, parágrafo único, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Parágrafo único. São também princípios que regem a aplicação das medidas:

[...]

III – responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais; [...] (BRASIL, 1990).

À vista disso, percebe-se que a integração entre os três princípios supramencionados e o ordenamento jurídico como um todo revela a completude da proteção à criança e ao adolescente, respeitando sua característica de pessoa em desenvolvimento e buscando a concretização da Doutrina da Proteção Integral de

modo que a família, a sociedade e os entes estatais sejam responsáveis, como determina a lei, pelo efetivo cumprimento das normas, e procurem, ainda, posicionar-se em prol de ações que propiciem essa efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

Para fins de esclarecimentos, abordar-se-á brevemente acerca dos direitos fundamentais.

1.1 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais são aqueles enunciados legais que proporcionam condições favoráveis para o desenvolvimento físico e mental dos indivíduos, fundados no princípio da dignidade da pessoa humana (TAMAOKI, 2004).

Os direitos fundamentais, atribuídos, no geral, aos seres humanos, possuem caráter básico de dignidade humana e se encontram reconhecidos na ordem jurídica de determinado Estado, sendo delimitados e positivados (SARLET, 2015).

Os direitos fundamentais são divididos doutrinariamente, fundado no aspecto histórico, em dimensões ou gerações de direitos que tradicionalmente são três, contudo, que modernamente existem novas dimensões ou gerações (TAMAOKI, 2004).

Utilizar-se-á a nomenclatura dimensão, pois o uso da palavra “geração” indica, na acepção da palavra, uma substituição no decorrer da evolução dos direitos fundamentais, o que não ocorre e, por conseguinte, diante de divergências, torna-se mais aceita a nomenclatura dimensão por maioria da doutrina (BAHIA, 2017).

Quanto às dimensões, depreende-se que:

A primeira dimensão, presente a partir do século XVIII, estabeleceu as liberdades a partir de cunho essencialmente individualista, por isso os direitos fundamentais instituem-se como direitos de defesa de caráter negativo, ou seja, requerem uma conduta de abstenção do Estado, tendo em vista que são usados em desfavor desse e em favor do próprio indivíduo (SARLET, 2015).

Por esse motivo, “Incluem-se no rol dos direitos fundamentais de primeira dimensão, os direitos à vida, à intimidade, à liberdade, à inviolabilidade de domicílio, enfim, os direitos individuais ou civis e os direitos políticos” (TAMAOKI, 2004, p. 110).

Quanto à segunda dimensão dos direitos fundamentais, observa-se uma mudança na atuação do Estado, que deixa de ser alheio e passa a possuir papel

essencial na efetivação dos direitos fundamentais de segunda dimensão. Sendo assim, os direitos fundamentais assumem caráter social e intimamente ligado ao princípio da igualdade, ou seja, demandam uma prestação de assistência do Estado, como garantidor de necessidades básicas à coletividade (SARLET, 2015).

Dentre os direitos de segunda dimensão, pautados na prestação social do Estado para a sociedade, estão presentes “[...] os direitos sociais, culturais e econômicos destinados ao indivíduo e à sociedade [...]” (TAMAOKI, 2004, p. 110).

Quanto aos direitos fundamentais de terceira dimensão, baseados na fraternidade e solidariedade, possuem caráter transindividual, “[...] pelo fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (povo, nação) [...]” (SARLET, 2015, p. 327).

A efetivação desses direitos depreendem o envolvimento em larga escala de Estados e Nações, até mesmo do mundo todo, como em relação à paz, o meio ambiente ou a qualidade de vida, pois afetam não só o ser humano individualmente, mas todos os seres presentes no planeta (SARLET, 2015).

Já as novas dimensões dos direitos fundamentais compreendem apenas esboços dos entendimentos de juristas como Norberto Bobbio e Paulo Bonavides, por conta da relativa atualidade dessas novas divisões. Bobbio trata de uma quarta dimensão como o direito da engenharia genética, enquanto que Bonavides busca uma análise da vertente política, com o direito à democracia e ao pluralismo político (BAHIA, 2017).

Nesse sentido, importante ressaltar que mesmo diante da existência de uma divisão, não é correto afirmar que os direitos de primeira dimensão foram obliterados pelos de segunda dimensão e assim por diante (BAHIA, 2017). Todos estão presentes na ordem jurídica nacional, complementarmente, e se difundem e se especializam por meio das legislações infraconstitucionais.

Por isso, em razão do tema abordado, é importante a explanação acerca dos direitos fundamentais previstos pelo direito brasileiro da criança e do adolescente, quais sejam: o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar, conforme foi trazido pelo legislador ao inserir o artigo 227, *caput*, da Constituição Federal.

Passa-se à análise sucinta deles levando-se em conta o sistematizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente estão expressamente previstos no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Far-se-á uma sucinta exposição acerca de cada um dos direitos e garantias previstos:

O direito à vida é o direito mais essencial para a existência dos demais direitos fundamentais. Não se confunde com a mera sobrevivência, pois a vida aqui protegida deve ser exercida com dignidade, sendo o direito de viver bem a fim de resguardar o desenvolvimento da criança e do adolescente (MACIEL, 2014).

O direito à saúde é constituído pelo bem-estar físico e mental da criança e do adolescente que deve ser assegurado pelos pais, primordialmente. Abrange também o tratamento a doenças, contudo não se limita a esse patamar. É também um direito de prevenção a doenças, tanto mentais quanto físicas, e direito de obter uma alimentação que possa lhe proporcionar o estado saudável (MACIEL, 2014).

O referido direito deve ser assegurado em uma parceria entre familiares e o Estado, que intervém diretamente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual possui suas atribuições definidas pelo artigo 200 da Constituição Federal:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;
- II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;
- III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo assim, o Sistema Único de Saúde se torna importante mecanismo de salvaguarda e concretização do dever do Estado, cujos tratamentos de forma preventiva e remediadora devem ser assegurados prioritária e plenamente às crianças e adolescentes, como determina a Doutrina da Proteção Integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente nos seus artigos 8º e 11 traz especificamente em seu texto o auxílio à gestante e ao nascituro, bem como ao deficiente e ao que possui doença crônica, garantindo-lhes o acesso à saúde gratuita fornecida pelo Estado, de modo amplo e igualitário.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

[...]

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1º A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (BRASIL, 1990).

Há uma integração do direito à saúde e dever de fornecimento desta pelo Estado, bem como dos direitos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como: a prioridade e a proteção integral; os quais devem ser fornecidos igualitariamente durante todo o desenvolvimento da criança e do adolescente, ou seja, desde a sua gestação até o fim da adolescência.

O direito à liberdade é assegurado às crianças e adolescentes, mas depende da intervenção dos pais ou responsáveis no que tange à proteção contra os riscos que aqueles poderiam sofrer ao exercer essa liberdade. É dever da família e da comunidade a fiscalização do exercício do direito à liberdade de forma que não seja desfavorável à criança ou adolescente (MACIEL, 2014).

Sendo assim, o artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a liberdade será garantida na condição de pessoa em desenvolvimento, ou seja, necessita-se de orientação dos pais ou responsáveis para o seu crescimento saudável.

O artigo 16 do referido Estatuto, por sua vez, define a abrangência da liberdade:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto religioso;
IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;
V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
VI – participar da vida política, na forma da lei;
VII – buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, 1990).

Desse modo, a liberdade aludida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma ampla gama de aspectos, os quais devem ser respeitados em vistas de a criança e o adolescente serem sujeitos em desenvolvimento. Essa liberdade compreende, entretanto, o dever de cuidar dos pais, que será elemento de salvaguarda e não de restrição do exercício do direito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também trata do direito ao respeito e à dignidade da criança e do adolescente. Entende-se que eles estão diretamente ligados, pois a dignidade estabelece a base para o respeito. O tratamento respeitoso é exercido quando se considera a criança ou adolescente pessoas em desenvolvimento: haverá proteção diante da condição de desenvolvimento, levando-se em conta o exercício de todos os direitos, com suas ressalvas, almejando-se o crescimento saudável, sem, no entanto, coisificá-los (MACIEL, 2014).

Quanto ao direito à educação, exercido pela escola e pelos pais conjuntamente, forma a base de conhecimento para evolução física, mental e intelectual, a qual influencia os demais direitos fundamentais.

A Convenção dos Direitos da Criança preconiza em seu Princípio 7º:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. (ONU, 1989).

O direito à educação, portanto, é um direito que permite que os demais sejam ensinados e compreendidos, a fim de proporcionar que esses direitos sejam reivindicados e mantidos de modo a assegurar a salvaguarda constitucional e

melhor explicitada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como instrumentos de proteção que valorizam seus tutelados como pessoas de direito (MACIEL, 2014).

O direito à cultura, esporte e lazer representa um direito de ordem secundária, mas de grande importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente. É por meio desses estímulos que a criança ou adolescente tomará conhecimento de valores, crenças, socialização e diversão.

Por isso, é dever do Estado promover políticas de inclusão das crianças e adolescente ao acesso à cultura, esporte e lazer. Bem como, é dever dos pais proporcionar esse acesso, conforme sua condição financeira, de modo a garantir-lhes uma boa saúde tanto física quanto mental.

O direito à profissionalização e à proteção no trabalho é garantia do adolescente, uma vez que somente o maior de 14 anos poderá exercer trabalho, na condição de aprendiz, conforme artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e a partir dos 16 anos poderá trabalhar normalmente.

Contudo, além de não poder exercer trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso, em lugares e atividades que prejudiquem o seu desenvolvimento físico, mental e psíquico, não poderá trabalhar de modo que prejudique sua frequência escolar, como dispõe o artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, o artigo 69 do referido Estatuto prevê que:

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:
I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. [...] (BRASIL, 1990).

O direito à convivência familiar é “[...] direito fundamental de toda pessoa humana de viver junto à família de origem, em ambiente de afeto e de cuidado mútuos, configurando-se como um direito vital quando se tratar de pessoa em formação (criança e adolescente)” (MACIEL, 2014, p. 128).

Trata-se de conceituação que inclui tanto as definições de família natural quanto família substituta. A família natural constitui-se pelo vínculo biológico, enquanto que a família substituta é formada para suprir a ausência da família natural, e existirá a partir da guarda, tutela ou adoção.

Assim, é disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 19:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a

convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990).

À criança e ao adolescente será assegurado o convívio familiar, uma vez que a família é o primeiro ambiente de aprendizado e desenvolvimento, desde que de forma digna e hígida. Dessa forma, se não mantido o vínculo com a família natural, é assegurado o convívio em família substituta a fim que a criança ou o adolescente não cresça desprovido desse convívio.

Imprescindível é fazer prevalecer os princípios do melhor interesse da criança e da prioridade absoluta, uma vez que, à criança e ao adolescente deve ser assegurado o seu desenvolvimento baseado nas condições mínimas e imprescindíveis para o bem-estar dos mesmos, diante da possibilidade da família, a fim de propiciar o implemento dos direitos fundamentais aqui elencados.

Tais princípios devem ser atendidos e aplicados de modo abrangente, a fim de assegurar o desenvolvimento da criança e do adolescente. Portanto, é necessária adequação também quanto ao meio digital, visto que este também exerce influência nos direitos da criança e do adolescente, aliado à responsabilidade civil dos pais.

Dessa forma, o dever dos pais de cuidar, bem como a proteção integral e prioritária à criança e ao adolescente fez surgir a discussão sobre a possibilidade de ocorrência do abandono digital; o que seria esse instituto, e suas implicações para as crianças e adolescente. Passa-se à análise do mesmo a seguir.

2 ABANDONO DIGITAL INFANTIL

Para compressão da expressão “abandono digital infantil”, primeiramente, é necessária a individualização e análise dos elementos que a constituem, a fim de construir a significação total e suas implicações jurídicas.

Primeiramente, é válida a explicação de quem é considerada criança pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, oportunizando o enquadramento nos casos de abandono digital infantil:

Barros (2010, p. 23) discorre que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera a criança a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos, enquanto que o adolescente é aquele de 12 (doze) anos completos aos 18 (dezoito) anos incompletos. Pois aos 18 (dezoito) anos se alcançaria a maioria descrita pelo Código Civil.

A Convenção dos Direitos da Criança, em seu artigo 1º, explicita que criança é o ser humano com idade inferior a 18 (dezoito) anos, porém são resguardadas as definições legais de cada Estado-membro.

Já a Declaração Universal dos Direitos da Criança não estipula uma faixa etária que definiria quem é criança, mas o faz por meio da elaboração dos princípios que a compõem, os quais prezam pelo desenvolvimento completo e saudável dos indivíduos que merecem maior proteção (BERRO, 2016).

Quanto ao Estatuto da Juventude, são considerados jovens, os entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, conforme disposto no §1º do seu artigo 1º, ressalvada aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente na faixa etária entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos (artigo 1º, §2º, Estatuto da Juventude).

Maciel (2014, p. 74) explica o porquê da escolha dessas faixas etárias: “Levou-se em conta o critério biológico – objetivo, igualitário e mais seguro para fixação do âmbito de aplicação estatutário. Estudos demonstram que a formação do cérebro se completa apenas com o alcance da vida adulta”.

Reafirmada a ideia, visto que “[...] os parâmetros não são determinados de acordo com uma data específica, mas de acordo com mudanças psicológicas e fisiológicas variáveis que ocorrem *em torno* dessa idade” (FIORELLI, 2017, p. 141).

Assim, em razão desse período se tratar do desenvolvimento do cérebro, quanto a equilíbrio de emoções e variação de humor, difere-se a infância da

adolescência por conta dos estímulos buscados pela pessoa, uma vez que os estímulos da infância já não satisfazem mais o cérebro adolescente.

Percebe-se que essa faixa etária, de até 12 anos incompletos, constitui-se de pessoas que estão ávidas pelo conhecimento, devido à busca pelo saber, necessária ao crescimento físico e mental das crianças, bem como, o desenvolvimento de aptidões, valores e crenças advindas da cultura do meio em que vive.

Sendo assim, infere-se a vulnerabilidade inerente à criança por sua condição de pessoa em desenvolvimento, ficando suscetível a maiores riscos. E o ambiente digital não deixa de lhe oferecer esses perigos.

Posto isto, para compreensão do abandono digital infantil, é necessária a compreensão do que seria o Direito Digital e seu âmbito de aplicação, bem como da responsabilidade civil dos pais, diante da Doutrina da Proteção Integral e do determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.1 DO DIREITO DIGITAL

A inserção da tecnologia no cotidiano dos indivíduos gerou novas formas de relacionamento e também de construção de relações jurídicas. E isso reclamou um acompanhamento do Direito, com o propósito de não deixar essas relações e conflitos desprotegidos, como criação da Lei Carolina Dieckman² em 2012 (Lei 12.737/2012) e, principalmente, da Lei do Marco Civil da Internet³ em 2014 (Lei 12.965/2014).

A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XII, já determinava a inviolabilidade ao sigilo de dados, bem como o inciso X, do referido diploma,

²A Lei nº 12.737/2012, mais conhecida como Lei Carolina Dieckman, foi promulgada com intuito de regulamentar a invasão de dispositivos informáticos, como computadores por exemplo. Foi criada pelo fato de repercussão, no qual fotos íntimas da atriz Carolina Dieckman foram apropriadas por pessoas contratadas para consertar o computador da atriz e usarem essas fotos para chantageá-la. Essa lei inseriu o artigo 154-A ao Código Penal e se preocupou em estipular uma punição para aqueles que por qualquer meio, forçadamente, viole medida de segurança e se aproprie de dados de outrem para obter vantagem, além de dispor sobre outros desdobramentos (LIMA, 2016).

³A Lei nº 12.965/2014, também chamada de Lei do Marco Civil da Internet, foi promulgada em abril de 2014, abarcando diversas normas sobre questões ligadas ao uso da internet, desde conceituações a regulamentações quanto ao processamento de dados pela rede. Sua criação foi considerado um grande avanço na normatização dos problemas no mundo digital, visto que anteriormente, desprovidas de embasamento jurídico específico, as decisões judiciais estavam cercadas por insegurança jurídica (LIMA, 2016).

dispunha da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, assegurado o direito de indenização por danos.

Entretanto, a crescente integração da tecnologia trouxe brechas na proteção e no sigilo de dados, muitas vezes causadas pela pessoa que a está utilizando, por falta de leitura ou por mero desconhecimento dos termos que adere.

A comum utilização de dispositivos com acesso ao meio virtual tornou real a possibilidade de se expressar instantaneamente para todo o mundo, criando um armazenamento de dados que se perpetuam na rede. Sendo assim, nota-se benefícios gerados pela facilidade e rapidez com que a comunicação e informações são transmitidas pelo mundo digital, contudo esses benefícios também podem se tornar origem de crimes e ofensas digitais (PINHEIRO, 2016).

Crimes que eram cometidos no “mundo real”, agora estão sendo cometidos no mundo digital com rapidez e anonimato – não se sabe de onde, quem ou até mesmo o porquê de cada ação. As vítimas se sentem impotentes e as consequências se tornam irreversíveis, uma vez gravados na rede, a perpetuação dos dados é infinita (ALVES, J., 2017).

Nesse cenário, onde a ocorrência de crimes, sua investigação e solução passaram a ocorrer por meio de dispositivos e mídias digitais, a evolução reclama uma postura da sociedade e do Direito.

O Direito Digital surgiu como uma nova forma de interpretar o Direito em si, como uma evolução a fim de acompanhar as mudanças sociais quanto à tecnologia e a influência desta nas relações humanas, posto que é necessária a existência de uma regulamentação mais específica para os conflitos que ocorrerem no meio digital (GIRARDELLO, 2017).

Nesse sentido, pode-se transcrever o conceito dado por Pinheiro (2010, *apud* GIRARDELLO, 2017), a qual define esse novo viés que é o Direito Digital como uma “[...] evolução do próprio Direito, abrangendo todos os princípios fundamentais e institutos que estão vigentes e são aplicados até hoje, assim como introduzindo novos institutos e elementos para o pensamento jurídico, em todas as suas áreas”.

Seguindo o mesmo raciocínio jurídico:

[...] o Direito Digital é o resultado da relação entre a ciência do Direito e a Ciência da Computação sempre empregando novas tecnologias. Trata-se do conjunto de normas, aplicações, conhecimentos e relações jurídicas, oriundas do universo digital. [...] (ALVES, M., 2009 *apud* GIRARDELLO, 2017, s.p.).

O Direito digital existe diante da complementação da Ciência da Computação e do Direito, uma vez que o universo criado pela primeira ciência não deve permanecer às margens da aplicação da lei, mas deve ser objeto de aplicação também da norma jurídica.

Afinal, a existência do mundo digital e a ciência que lida com as implicações dele geram relações entre indivíduos, seja por meio de contratos ou termos ou relacionamentos afetivos, que necessitam ser organizadas pela ciência que é responsável pela resolução de conflitos entre os seres – o Direito.

Com relação aos contratos estabelecidos no meio digital, na maioria das vezes, esses aparecem como forma de termo de aceite e se caracterizam como contratos de adesão pela legislação brasileira, pois os termos do acordo serão ditados por apenas uma das partes, cabendo somente o aceite à outra. Esses termos ou contratos

[...] são apresentados em pequenas caixas de textos com uma imensa barra de rolagem e com um simples *checkbox*⁴ marcado com um “Aceito os termos do *site*”⁵, o que, em tese, significaria a aprovação das regras impostas pelo proprietário do domínio da internet (LIMA, 2016, p. 117).

Assim, pela quantidade de texto nesse pequeno espaço, geralmente com letras também pequenas, muitas pessoas apenas aceitam os termos do acordo, clicando no campo determinado, sem ao menos tomarem conhecimento daquilo que tem por conteúdo. Os termos ou contratos digitais, por naturalmente serem de adesão, devem ter seus conteúdos bem estruturados a fim de justificar qualquer atitude unilateral do dono do sítio virtual (LIMA, 2016).

Como principal integração do Direito Digital, houve a criação da Lei do Marco Civil da Internet em 2014 (Lei 12.965/2014), a qual tem aplicação no caso, diante da existência de brasileiro em qualquer dos polos da demanda, mesmo que o servidor de alguma empresa esteja em outro país (GIRARDELLO, 2017).

O Capítulo II da Lei do Marco Civil da Internet institui diversos direitos e garantias, tais como: a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, inviolabilidade das informações armazenadas, não fornecimentos a terceiros de dados pessoais provenientes de formulários preenchidos para acesso a redes sociais, por exemplo.

⁴ Traduzido do inglês como “caixa de seleção”, é um pequeno campo clicável com vistas a determinado ato (LIMA, 2016).

⁵ Traduzido do inglês como “sítio virtual”, compreende um conjunto de páginas na internet que compõem um domínio no mundo virtual (LIMA, 2016).

Além disso, conteúdos ofensivos estão mais difíceis de serem removidos, principalmente aqueles que tenham nudez ou cena de sexo envolvendo crianças e adolescentes, posto que é aplicável o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante de tal crime, é possível fazer denúncia *online* e o conteúdo deverá ser retirado de imediato (PINHEIRO, 2016).

Nota-se uma maior flexibilização da realização de denúncia com essa possibilidade de se realizar uma denúncia *online*, notadamente em casos que envolvam pornografia e ainda mais os que envolvam menores de idade, vez que são casos que demandam maior rapidez se comparado ao tempo que demoraria para o Juiz analisar se essa punição seria adequada ou não.

Assim, antes mesmo de se ajuizar uma ação questionando o conteúdo disponibilizado, realiza-se uma denúncia, muitas vezes no próprio site no qual está localizado o conteúdo, e esse é retirado instantaneamente, não permitindo outros acessos.

A Lei do Marco Civil da Internet traz, ainda, em seu texto, uma determinação especificamente voltada ao uso da internet pelas crianças e adolescentes:

Art. 29. O usuário terá a opção de livre escolha na utilização de programa de computador em seu terminal para exercício do controle parental de conteúdo entendido por ele como impróprio a seus filhos menores, desde que respeitados os princípios desta Lei e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990– Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2014).

Oportuniza-se com isso aos pais a implementação de medidas que afastem ou ao menos reduzam a nocividade oferecida pelos conteúdos digitais, respeitando o que é disposto pela lei que originalmente busca a salvaguarda dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Diante disso, pode-se auferir que o legislador, face às mudanças sociais ocorridas e a problemática trazida pelas mesmas, invoca a responsabilidade parental em relação ao cumprimento de medidas que afastem as ameaças provocadas pelo acesso à internet por crianças e adolescentes, bem como, lhes propiciem a educação digital para a coexistência entre os diversos aplicativos e mídias sociais e seus usuários sem riscos que comprometam seu desenvolvimento físico e mental (ALVES, J., 2017).

Nesse diapasão, levando-se em conta que a maior inclusão de crianças e adolescentes no ambiente digital aumenta a responsabilidade dos pais com relação

ao dever de cuidado, é imprescindível a análise acerca da responsabilidade dos pais com relação aos filhos, dada sua relevância para compreensão do tema do trabalho.

2.2 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PAIS

A responsabilidade dos pais decorre da Constituição Federal e é refletida pela legislação infraconstitucional, como o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente.

É baseada, sobretudo, na relação de filiação existente, isto é, na relação entre pais e filhos, seja o vínculo consanguíneo, adotivo ou socioafetivo – este último caracterizado por, mesmo ausente o vínculo sanguíneo, pai é assim considerado aquele que exerce o papel de tal (DIAS, 2016).

Gagliano e Pamplona Filho (2017) definem a filiação como a descendência de primeiro grau, fundamentada, essencialmente, no afeto.

Com a existência da filiação, os filhos serão reconhecidos, voluntariamente ou por meio de processo judicial⁶. Com isto, o filho passa a possuir o estado de filho:

A posse de estado de filho é que gera o vínculo de parentesco e impõe as responsabilidades decorrentes do poder familiar. Neste sentido enunciado do IBDFAM [Instituto Brasileiro de Direito de Família]. O parentesco deixou de manter, necessariamente, correspondência com o vínculo consanguíneo. Basta lembrar a adoção, a fecundação heteróloga e a filiação socioafetiva. A disciplina da nova filiação há que se edificar sobre os pilares constitucionalmente fixados: a plena igualdade entre filhos, a desvinculação do estado de filho do estado civil dos pais e a doutrina da proteção integral (DIAS, 2016, p. 832).

Dessa forma, existindo o vínculo da filiação surge também toda a responsabilidade e dever dos pais, devendo-se prezar pelo crescimento saudável e igualitário dos filhos, assim como zelar pela concretização de todos os direitos elencados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Anteriormente na legislação civil havia distinção entre filhos legítimos e ilegítimos: filhos gerados na constância do casamento por ambos os cônjuges eram considerados filhos legítimos, enquanto que aqueles tidos por relações extraconjugais eram tratados como filhos ilegítimos (pejorativamente chamados de

⁶Diante da negativa dos pais em reconhecerem o vínculo de parentesco existente, o filho poderá ajuizar ação de investigação de paternidade e/ou reconhecimento de paternidade visando a posse do seu estado de filho (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017).

bastardos), e não possuíam os mesmos direitos de reconhecimento e sucessórios como os legítimos (DIAS, 2016).

Contudo, a Constituição Federal de 1988 passa a tratar ambos os filhos legítimos e ilegítimos com igualdade, desfazendo-se dos termos de caráter excludente, na forma do artigo 227, §6º da norma supra: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988).

Sendo assim, o reconhecimento da filiação gera o dever de cuidado e responsabilidade dos pais, exercida por meio do poder familiar. Este pode ser conceituado “[...] como o plexo de direitos e obrigações reconhecidos aos pais, em razão e nos limites da autoridade parental que exercem em face dos seus filhos, enquanto menores e incapazes” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017, p. 1273).

Além disso, entende-se que o exercício do poder familiar existe em duas vertentes, quais sejam: dever e direito:

O poder familiar, pois, pode ser definido como um complexo de direitos e deveres pessoais e patrimoniais com relação ao filho menor, não emancipado, e que deve ser exercido no melhor interesse deste último. Sendo um direito-função, os genitores biológicos ou adotivos não podem abrir mão dele e não o podem transferir a título gratuito ou oneroso (MACIEL, 2014, p. 137).

Nesse sentido, o poder familiar atua como um dever de proteção dos pais para com os filhos, devendo ser efetivado de acordo com a Doutrina da Proteção Integral, primando pelo interesse da criança e do adolescente, seja na esfera pessoal ou patrimonial.

Para a doutrina, apesar de ser mais comumente utilizado e também presente no Código Civil, o termo poder familiar não é considerado o mais acertado, visto que a utilização do vocábulo “poder” não traduziria seu real significado: um dever dos pais para com os filhos, não uma dominação. A utilização de “poder” como dominação fere a Doutrina da Proteção Integral adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (DIAS, 2016).

Explica-se que

A expressão que goza da simpatia da doutrina é autoridade parental. Melhor reflete a profunda mudança que resultou da consagração constitucional do princípio da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens (CF 227). Destaca que o interesse dos pais está condicionado ao interesse do filho, de quem deve ser haurida a legitimidade que fundamenta a autoridade. Mas já

surge movimento indicando como mais apropriado o termo responsabilidade parental (DIAS, 2016, p. 782).

Nesse diapasão, a nomenclatura autoridade parental exprime a responsabilidade dos pais, mas não minimiza os direitos garantidos à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos pela Doutrina da Proteção Integral.

Decorrentes da autoridade parental, mais especialmente relacionadas ao tema abandono digital, encontram-se a guarda e a responsabilidade civil dos pais.

O instituto da guarda é caracterizado pela vigilância dos filhos e se constitui como o poder-dever de cuidado exercido pelos genitores. Trata-se de um “[...] direito de manter o filho junto de si, disciplinando-lhes as relações, mas também representa o dever de resguardar a vida do filho e exercer vigilância sobre ele” (MACIEL, 2014, p. 152).

O direito de guarda é expressamente contido no artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente e no artigo 1.634, II do Código Civil, respectivamente:

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

[...]

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

[...]

II – exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584; (BRASIL, 2002).

A guarda unilateral é exercida por apenas um dos genitores diante da manifesta recusa do outro. Já a guarda compartilhada, considerada a mais adequada para o relacionamento entre pais e filhos, constitui-se pela convivência igualitária e equilibrada dos mesmos – há imposição de responsabilidades para ambos os pais e o tempo de convívio é dividido equilibradamente (DIAS, 2016).

Quanto à responsabilidade civil dos pais, observa-se que é imprescindível para a compreensão do tema do presente trabalho, e é considerada como o dever que os pais possuem de reparar danos causados pelas ações dos filhos, bem como de cuidado por estarem esses sobre a vigilância daqueles. (DIAS, 2016).

A responsabilidade civil dos pais está prevista no artigo 932 do Código Civil: “Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I – os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; [...]” (BRASIL, 2002).

Ainda:

A responsabilidade dos pais é objetiva (CC 933), o que lhes confere plena atuação aos princípios da paternidade responsável e do melhor interesse da criança e do adolescente, deixando clara a importância do papel que devem desempenhar no processo de educação e desenvolvimento da personalidade dos mesmos. [...] (DIAS, 2016, p. 790).

A interpretação do instituto civil da responsabilidade dos pais deve ser abrangido pelos princípios norteadores do direito da criança e do adolescente, sendo assim, devem os pais, no exercício do seu poder familiar, zelarem pelos filhos, acompanhando-lhes os atos e se responsabilizando pelos mesmos, a fim de que possam se desenvolver de maneira saudável e protegidos.

Dessa forma, pode-se dizer que o exercício da responsabilidade pelos pais em todos os atos de seus filhos representa não apenas uma medida de cuidado, determinada em lei para casos de reparação civil, mas também medida de afeto. Caso contrário, esses pais deixariam seus filhos à mercê da sorte e dos efeitos que a exposição lhes proporcionaria.

O meio digital, portanto, também é âmbito do exercício da responsabilidade parental, a fim de evitar ou diminuir os danos que a exposição aos dispositivos digitais podem acarretar às crianças e aos adolescentes, como se explanará a seguir.

2.3 DO ABANDONO DIGITAL

O novo olhar trazido pelo Direito Digital, permite também perceber as relações diferentemente, inclusive no ramo do Direito de Família. Nesse sentido, doutrinadores⁷ do Direito Digital iniciaram um estudo sobre o comportamento dos pais diante do uso da internet por seus filhos – associando o Direito Digital e a responsabilidade dos pais.

Pinheiro (2016) foi a precursora do tema e demonstra que o mesmo não revela a preocupação merecida pelo público-alvo, qual seja pais e crianças:

Os pais têm responsabilidade civil de vigiar os filhos. Isso quer dizer que precisam saber com quem eles estão, como estão e onde estão! Não dá para se contentar com a resposta “ele está na internet”, como se fosse um ambiente próximo, protegido e seguro. A internet é a rua da Sociedade atual! (PINHEIRO, 2016, p. 98)

⁷São exemplos de doutrinadores Patrícia Peck Pinheiro e Jones Figueirêdo Alves.

A internet possui tantos perigos quanto o meio real apresenta. O fato de os filhos em casa e navegando na internet, não determina que esses estão seguros, apesar da ilusória sensação de segurança e confiabilidade. Entretanto, essa sensação é enganosa, haja vista a periculosidade que a internet oferece – os recursos são os mais variados e a exposição é em tempo real, com um clique a intimidade está revelada para quem quiser acessar.

Seja por meio de uma rede social ou até invasões no computador por criminosos, os dados armazenados passam a ser armas que podem ser usadas para molestar uma criança despreparada e desamparada no mundo digital.

Afinal, mesmo que existam mecanismos, como os programas antivírus instalados em um dispositivo com acesso à internet, o usuário deve estar atento a que tipo de sítios virtuais frequenta e quais dados serão disponibilizados, por exemplo a segurança ao se fornecer senhas (LIMA, 2016).

Há ainda alguns tipos de *malware* (denominação para programas desenvolvidos com intuito de gerar diversos danos para o usuário de dispositivos digitais), conhecidos como *keyloggers*, que podem capturar dados e mídias, bem como conversas digitais, e as enviar a um destinatário específico, o qual terá acesso a uma infinidade de dados que o programa fornece (LIMA, 2016)

Nesse sentido, o dever de cuidado dos pais torna-se imprescindível para um crescimento saudável nos dias atuais, uma vez que os pais são se não os primeiros, um dos, a disponibilizar os recursos digitais.

Nesse íterim:

É um dever dos pais prestar assistência e monitorar. Os equipamentos tecnológicos só deveriam ser fornecidos aos filhos depois da instalação de softwares de controle parental. Informação é essencial para proteger esses jovens que são os novos “menores abandonados digitais” (PINHEIRO, 2016, p. 99).

Ainda:

A cada genitor incumbe, portanto, o dever de saber onde, com quem, e por que o filho menor de idade está longe de suas vistas. Devem os pais assegurar-se de que, distante dos seus olhos, o filho estará em segurança porque algum adulto o estará assistindo (MACIEL, 2014, p. 153).

Sendo assim, mesmo diante do mundo digital, a responsabilidade dos pais não deixa de existir e deve ser ainda mais efetiva, pois os riscos oferecidos pelo mundo digital são tão nocivos quanto os presentes no “mundo real”.

Quando essa responsabilidade não é exercida, ou seja, quando os cuidados necessários não são adotados e os pais comportam-se desinteressados pelas atividades praticadas pelos filhos na internet, determina-se o que é abandono digital:

[...] a negligência parental configurada por atos omissos dos genitores, que descuidam da segurança dos filhos no ambiente cibernético proporcionado pela internet e por redes sociais, não evitando os efeitos nocivos delas diante de inúmeras situações de risco e de vulnerabilidade (ALVES, J., 2017, s.p.)

À vista disso, é necessária compreensão do termo negligência, o que para isso, utilizando-se de uma análise interdisciplinar para se chegar a um entendimento mais completo sobre negligência, pode-se extrair os seguintes conceitos de outros ramos do Direito:

Para o Direito Penal, negligência “[...] é a forma passiva de culpa, ou seja, assumir uma atitude passiva, inerte material e psiquicamente, por descuido ou desatenção, justamente quando o dever de cuidado objetivo determina de modo contrário” (NUCCI, 2014, p. 195).

O Direito Civil apresenta conceito similar ao adotado pelo Direito da Criança e do Adolescente: “[...] negligência é a falta de observância do dever de cuidado, por omissão” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017, p. 930).

Ainda, Nader (2014) explica a negligência como um descaso, ou seja, mesmo possuindo o dever jurídico de agir, as medidas necessárias não são tomadas pelo agente.

Semelhante é o ensinamento de Pinheiro (2017) ao enfatizar que a postura dos pais em relação aos filhos no mundo digital deve ser o mais participativa possível, mesmo que aqueles não tenham tanto conhecimento acerca da tecnologia. O fato de um pai se esquivar de seu dever constitui culpa *in vigilando*, ou seja, culpa decorrente da omissão no dever de cuidado dos pais.

Esse entendimento é compartilhado por Alves, J. (2017, s.p.) quando na construção do conceito de abandono digital e ainda completa ao dizer que:

[...] estando a criança e/ou o adolescente em sua “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, mais se acentuam as responsabilidades parentais pelos deveres de cuidados, como obrigação jurídica extraída do regular exercício do poder familiar.

Dado o estado em desenvolvimento, a criança e o adolescente necessita da proteção e orientação dos pais de modo a, além de efetivar a responsabilidade

parental, mas também como meio de assegurar um crescimento fundado no afeto e na salvaguarda dos direitos da criança e do adolescente.

Afinal, a criança ou o adolescente, por si só, não possuem a capacidade de discernir a amplitude da periculosidade de uma atitude equivocada no meio digital, sem ter ao menos sido devidamente instruído pelos pais ou responsáveis.

Sendo assim, a negligência para com as crianças e adolescentes no meio digital, perante o descaso quanto ao monitoramento do conteúdo acessado pelos filhos ou ainda quanto à orientação para o usufruto do recurso digital de forma saudável, caracteriza abandono digital.

Partindo-se da premissa da negligência dos pais no meio virtual e da caracterização da criança como pessoa em desenvolvimento estando suscetível a maiores riscos, far-se-á uma abordagem do abandono digital especificamente com relação à criança.

2.3.1 Do abandono digital infantil

Para os fins deste trabalho, a concepção de criança a ser utilizada será a do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), definindo-se criança aquela pessoa com até 12 (doze) anos incompletos.

Contudo, há que se lembrar acerca do determinado pelo Estatuto da Juventude, que dispõe sobre a faixa etária de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos para os jovens. Porém, ressalva a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente para a idade por ela abrangida.

Já a Convenção dos Direitos da Criança determinava que a criança era toda pessoa com idade até 18 (dezoito) anos.

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos da Criança não dispunha de faixa etária expressamente, somente instituindo o dever de proteção aos que dela mais necessitam e de forma prioritária.

Diante da faixa etária determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, qual seja, até 12 (doze) anos incompletos, percebe-se a fragilidade no que diz respeito ao seu desenvolvimento físico e mental nessa tenra idade.

Assim, o acompanhamento dos pais é fundamental para um crescimento saudável, o que como visto, deve ser exercido mesmo no ambiente digital, uma vez que oferecem riscos que podem afetar a criança em sua esfera mais íntima.

São exemplos de perigos aos quais as crianças estão expostas: o acesso a conteúdos impróprios para a faixa etária, *cyberbullying*, assédio, invasão e divulgação da sua vida privada por meio de mecanismos que publiquem conteúdos midiáticos a seu respeito, entre outros – os quais serão pormenorizados no decorrer do trabalho.

Pinheiro (2016, p. 102) apresenta pesquisa realizada pelo Instituto iStart em 2015 em parceria com instituições de ensino sobre os incidentes envolvendo crianças e uso de tecnologia:

- 100% das escolas pesquisadas já tiveram incidente de uso indevido de celular na sala de aula;
- 75% registraram ocorrência de *cyberbullying*;
- 56,25% relataram distração, dispersão e interferência no andamento da aula por conta do manuseio do celular;
- 31,25% tiveram casos de exposição demasiada de intimidade com o compartilhamento de imagens íntimas de menores de idade.

Ainda:

A faixa etária que mais sofre riscos na internet é a de 10 a 14 anos. Isso ocorre pelo uso precoce de dispositivos com acesso à internet, como celulares e tablets, sem controle ou supervisão dos pais. No primeiro estágio, o maior risco é o de exposição a conteúdo inapropriado, pois as crianças costumam buscar por vídeos no YouTube ou por jogos online, e podem facilmente terem contato com sites de pornografia ou até de pedofilia (PINHEIRO, 2016, p. 104).

As crianças na faixa etária entre 10 a 14 anos utilizam dispositivos eletrônicos muitas vezes para acessar vídeos, levando-os a exposição de conteúdos impróprios, se não monitorados pelos pais ou sem nenhum mecanismo de filtragem de conteúdo.

Dentre os riscos elencados, a autora indica que essa faixa etária, qual seja de 10 a 14 anos, é a que mais sofre “assédio e exposição de nu na web” (PINHEIRO, 2016, p. 99).

Conforme exposto, a primeira preocupação dos pais deveria ser o contato dos filhos com conteúdos adultos, seja por meio de vídeos, jogos ou leitura. Muitas vezes sítios virtuais que possuem conteúdos de pornografia ou violência não possuem barreiras que impeçam o acesso por menores, ainda mais se é uma criança que não teve a devida orientação dos pais.

Por isso, certas medidas são necessárias a fim de prevenir o acesso a conteúdos impróprios e diminuir os riscos de violência digital. No entanto, é comum a inserção, até mesmo pelos responsáveis, de informação falsa (principalmente idade)

em formulários digitais ou aceitação de termos e regras sem a mínima leitura, o que compromete a filtragem dos conteúdos disponibilizados pela rede.

Outra preocupação seria a exposição demasiada de informação ou mídia pessoal. Uma criança facilmente publica imagens ou escreve mensagens que podem conceder informações a pessoas mal intencionadas, como local onde mora, nome, telefone, entre outros.

Além disso, existem redes sociais que possuem idade mínima para uso, entretanto, muitas crianças ou os próprios pais falsificam as informações para se adequarem ao formulário pedido, a fim de poderem estar conectados. Um exemplo é o *Facebook*, que possui restrição de idade, mas que muitas crianças utilizam. Além disso, essa rede social apresenta uma facilidade enorme na publicação e compartilhamento de todo tipo de mídia que atinge um público-alvo ilimitado.

Essa criança, não orientada pelos pais e à mercê dos contratemplos da navegação na internet, será um alvo fácil para criminosos virtuais, bem como ação dos próprios colegas ou “amigos”, como no caso do *cyberbullying*.

O *cyberbullying* consiste na prática do *bullying* (atos de violência física ou psicológica, repetitivos e intencionais) no meio digital, e é muito comum no meio escolar.

[...] No ano de 2012, a agência internacional de notícias Reuters revelou que mais de 10% dos pais ao redor do mundo afirmaram que seus filhos sofreram bullying na internet e quase um quarto deles conhece um jovem que já foi vítima das intimidações da web (CASTILHO, 2014, p. 16)

A pesquisa reflete a necessidade de orientação de crianças e adolescentes, bem como do acompanhamento pelos pais a fim de se evitar maiores danos. O que pode ser considerado uma brincadeira entre colegas, pode causar um grande trauma para uma criança ou um adolescente fragilizado.

Outro crime que comumente amedronta os pais quanto aos filhos na internet é a ocorrência da pedofilia. Essa é usualmente detectada pela utilização dos pedófilos de perfis falsos em redes sociais, que são usados para atrair e obter informações das crianças por meio de interesses em comum.

Muitas vezes as crianças não sabem lidar com as perguntas feitas pelo pedófilo, o qual acaba conseguindo informações pessoais, como nome, idade, endereço, número do telefone e até mesmo amigos em comum. Tudo sem

conhecimento dos pais, mesmo após a divulgação de mídias em sites propriamente voltados para a pedofilia (CASTILHO, 2014).

Desta forma, o cuidado que os pais têm para com os filhos, mesmo no início da utilização da internet, seja para assistir vídeos ou jogar jogos *online*, faz toda a diferença no desenvolvimento da criança.

De se orientar que os pais, exercendo seu poder familiar e atendendo à Doutrina da Proteção Integral, que expliquem a necessidade dos filhos manterem em sigilo informações como nome, escola onde estudam, endereço ou nome de qualquer familiar. Que esses pais estejam sempre por perto quando da utilização de dispositivos digitais ou que acompanhem o conteúdo acessado pela criança de mais perto.

Ainda, que mantenham diálogo para que os pais estejam cientes do que ocorre ao redor da criança, como é o caso do *cyberbullying*, bem como qualquer material digital de origem duvidosa e conteúdo perigoso.

Alerta-se que

Quando o conteúdo envolve crianças e adolescentes na internet, você pode denunciar em sites de ONGs de proteção à criança, aos adolescentes ou à mulher. Também pode procurar a polícia, de preferência uma delegacia especializada em crimes de informática, ou se dirigir ao Conselho Tutelar mais próximo (CASTILHO, 2014, p. 70).

A proteção às crianças e aos adolescentes pode ser exercida por todos aqueles que tomarem conhecimento, por meio de denúncias aos órgãos competente diante da ocorrência de violação ou ameaça a seus direitos, com vistas a evitar ainda mais sua propagação.

Nesse diapasão, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 98, sobre as medidas a serem aplicadas diante da ameaça ou violação dos direitos dispostos no referido estatuto e analisados anteriormente no trabalho, seja pela sociedade, pelo Estado ou pelos próprios pais.

De se analisar tais medidas, mesmo que brevemente, para que se entenda quais as aplicáveis aos casos em que se constata a ocorrência do abandono digital infantil, até como forma de prevenção e remediação para essa negligência.

3 MEDIDAS PROTETIVAS DO ESTATUTO INFANTOJUVENIL

As medidas protetivas visam à salvaguarda de crianças e adolescentes que sofreram ameaça ou lesão aos seus direitos previstos em lei, e são baseadas na Doutrina da Proteção Integral, pois refletem a preocupação de tentar impedir que a violação de fato aconteça (TAVARES, 2014). Essas medidas estão dispostas especificamente no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
IV – inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
VII – acolhimento institucional;
VIII – inclusão em programa de acolhimento familiar;
IX – colocação em família substituta. (BRASIL, 1990).

Esse rol indicado, entretanto, não é taxativo, por isso, permite aplicação de outras medidas que sejam adequadas para o caso em concreto a depender do entendimento das autoridades competentes (TAVARES, 2014). Exemplos de outras medidas que podem ser aplicadas são: afastamento da moradia comum da família (artigo 130, Estatuto da Criança e do Adolescente) e restrição ou suspensão do direito de visitas dos filhos (artigo 22, IV, da Lei nº 11.340/2006), ambas medidas aplicáveis ao agressor (MACIEL, 2014).

Verifica-se, portanto, a relação existente entre agressor e a criança ou adolescente alvo da agressão, violação ou ameaça ao seu direito. O agente causador da agressão tem previsão legal no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo eles: os pais ou responsáveis, o Estado, a sociedade como um todo e a própria conduta do tutelado.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
III – em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990).

Diante do exposto no artigo, verifica-se a abrangência de aplicação das medidas de proteção, levando-se em conta a violação ou ameaça aos direitos e os seus agentes causadores.

Referido artigo demonstra que não somente responderá o agente pela ação, ou seja, a conduta ativa de causar dano à criança ou ao adolescente; mas também pela omissão - a conduta passiva que reflete danos aos tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto ao outro polo da relação, isto é, a criança *in casu*, o legislador não se preocupou em delimitar, por isso, tem-se o entendimento de que não há discriminação na aplicação das medidas protetivas presentes no Estatuto, bem como de outras que o caso em concreto e o aplicador da lei irão impor especialmente, desde que enquadrados na pessoa “criança ou adolescente”, como determina a norma.

Nesse sentido, observa-se o efetivo emprego da Doutrina da Proteção Integral, visto que a abrangência da norma de direito da criança e do adolescente se dá de forma ampla e igualitária, possuindo característica essencialmente protetiva em sua plenitude, mesmo quando é a própria criança ou o próprio adolescente que inflige danos a si mesmo (MACIEL, 2014).

No que diz respeito à aplicação das medidas de proteção, além de se buscar aquela mais adequada à situação que se pretende prevenir ou sanar, deve-se atentar que há possibilidade de cumulação e substituição, como bem dispõe o artigo 99 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo”.

O artigo supracitado demonstra que a imposição de uma medida de proteção em um caso não é definitiva, pois pode haver substituição: uma medida pode acabar não sendo tão eficaz diante de alguma mudança, portanto não teria sentido continuar aplicando uma medida que não surta os efeitos perqueridos pela norma, daí a importância dessa maleabilidade em relação à substituição das medidas de proteção.

No que tange a cumulatividade, de se entender similarmente ao aplicado na substituição, haja vista que muitas vezes, diante das condições avistadas, a

aplicação cumulativa de duas ou mais medidas de proteção oferece melhor salvaguarda dos direitos da criança ou adolescente.

Por isso, é de suma importância a observação dos princípios impostos pela lei, uma vez que visam orientar o aplicador da medida de proteção na busca da mais adequada possível, levando-se em conta as características do caso.

Tais princípios estão expressos no artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em suma rege a aplicação das medidas de proteção baseadas nas “[...] necessidades pedagógicas da criança ou do adolescente, bem como a preferência àquelas destinadas ao fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários”.

O parágrafo único do artigo supra, ainda, dispõe outros princípios de observância obrigatória, como:

O inciso I concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, de acordo com o que preconiza a Doutrina da Proteção Integral. A criança e o adolescente exercem seus direitos como titulares dos mesmos, não apenas como objetos de incidência da lei⁸ (ISHIDA, 2015).

O próximo princípio, presente no inciso II, é o da proteção integral e prioritária, apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o qual representa a salvaguarda ampla e plena dos direitos da criança e do adolescente, bem como o seu tratamento preferencial⁹ (ISHIDA, 2015).

No inciso III, o legislador trata da responsabilidade do poder público, primária e solidária, que abrange todas as esferas do governo (nacional, estadual e municipal) – princípio da municipalização, o que determina a descentralização da atividade estatal para melhor atendimento das necessidades e proteção das crianças e adolescentes¹⁰ (ISHIDA, 2015).

⁸I – condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal; (BRASIL, 1990).

⁹II – proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares; (BRASIL, 1990).

¹⁰III – responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais; (BRASIL, 1990).

O princípio do interesse superior, também chamado de melhor interesse, está disposto no inciso IV, e trata da atuação do poder público a fim de preservar aquilo que seja melhor objetivamente para a criança ou adolescente¹¹ (ISHIDA, 2015).

O inciso V determina que a atuação do Estado, seja na esfera administrativa ou judicial, deve respeitar a inviolabilidade da vida íntima da criança ou adolescente, com intuito de lhes resguardar o direito à imagem e privacidade¹² (ISHIDA, 2015).

No inciso VI, tem-se a determinação da intervenção precoce, ou seja, para conter os riscos ou evitar sua ocorrência, desde o conhecimento da situação que afete o desenvolvimento normal e saudável da criança e do adolescente, as autoridades competentes devem agir¹³ (ISHIDA, 2015).

Entretanto, essa intervenção deve ser mínima, conforme o inciso VII, pois se trata da esfera íntima da proteção da criança e do adolescente, por isso somente as autoridades competentes necessárias para efetivação da salvaguarda legal devem intervir nos casos de violação ou ameaça aos direitos definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁴ (ISHIDA, 2015).

Além disso, ainda se tratando da intervenção estatal para proteção dos direitos da criança e do adolescente, a lei ressalta no inciso VIII do parágrafo único do artigo 100 que essa intervenção deve ser a adequada e proporcional à situação de perigo em que se encontram a criança ou adolescente, ou seja, as medidas de proteção serão condizentes com a violação ao direito infantojuvenil no momento em que se tomar a decisão para intervenção¹⁵ (ISHIDA, 2015).

Os incisos IX e X determina que a intervenção deve provocar nos pais a conduta de exercício do poder familiar, de modo que assumam suas responsabilidades como pais e desempenhem seus deveres como genitores da

¹¹IV – interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto; (BRASIL, 1990).

¹²V – privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada; (BRASIL, 1990).

¹³VI – intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida; (BRASIL, 1990).

¹⁴VII – intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente; (BRASIL, 1990).

¹⁵VIII – proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada; (BRASIL, 1990).

criança ou do adolescente¹⁶. Ademais, a intervenção deve sempre promover a manutenção da família natural ou extensa, preconizando a lei pelo convívio familiar, com exceção de casos que não seja possível a prevalência da família, nos quais será integrada a criança ou o adolescente em família substituta¹⁷ (ISHIDA, 2015).

As medidas de proteção serão aplicadas de tal forma que os pais compreendam quais são os direitos das crianças e adolescentes, quais são as finalidades da intervenção por medida de proteção e qual o respectivo processamento perante as autoridades competentes, isto é, como responsáveis, os pais devem possuir conhecimento amplo da atuação da autoridade competente: no que está baseada a intervenção e todos os trâmites a ela concernentes¹⁸ (ISHIDA, 2015).

No âmbito da família (ver art. 98, II, ECA) pode o Juiz aplicar as medidas de proteção previstas no art. 101 do ECA, cumulativamente com o Conselho Tutelar, além de apreciar os pedidos de guarda, tutela, alimentos, registro civil, emancipação e os demais decorrentes do poder familiar (ISHIDA, 2015).

Bem como os pais têm direito a entender e serem informados do processamento das medidas protetivas. O inciso XII dispõe que as crianças e adolescentes também têm direito à participação durante a atuação da autoridade competente, podendo se manifestar quanto à definição das medidas protetivas, e ainda serem ouvidas pela autoridade judiciária, principalmente nos casos de colocação em família substituta¹⁹ (ISHIDA, 2015).

Todos os princípios elencados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente perfazem observação obrigatória, a fim de nortear a aplicação das medidas de proteção contidas. Essas medidas refletem as orientações mínimas para o respeito e

¹⁶IX – responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente; (BRASIL, 1990).

¹⁷X – prevalência da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, que promovam a sua integração em família substituta; (BRASIL, 1990).

¹⁸XI – obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa; (BRASIL, 1990).

¹⁹XII – oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei (BRASIL, 1990).

a congruência com os direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ISHIDA, 2015).

Desta forma, percebe-se que o conteúdo da lei demonstra que o legislador preocupou-se em pormenorizar diretrizes na aplicação das medidas protetivas, sem as quais estaria prejudicada a efetividade da tutela do direito infantojuvenil (TAVARES, 2014).

Essas diretrizes também pode ser entendidas como normas de caráter geral na aplicação das medidas específicas citadas anteriormente, as quais compõem o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ISHIDA, 2015).

Nesse íterim, explanar-se-á acerca do rol presente no referido estatuto e, por fim, buscar-se-á dentre elas as medidas que seriam adequadas para os casos de abandono digital infantil.

3.1 DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO ELENCADAS NO ARTIGO 101 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o legislador estipula um rol exemplificativo de nove medidas de proteção aplicáveis às ameaças ou violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, praticadas pelos pais, responsáveis, Estado, sociedade ou própria criança ou adolescente.

Essas medidas serão aplicadas pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, haja vista ser a autoridade judicial competente (artigo 146, Estatuto da Criança e do Adolescente), brevemente elas serão tratadas a seguir.

O inciso I trata do encaminhamento das crianças ou dos adolescentes aos pais ou responsáveis, o que se justifica quando essas crianças ou esses adolescentes encontram-se fora da companhia e guarda daqueles que são seus responsáveis legais. Como exemplos, pode-se citar uma criança ou um adolescente que está perdido nas ruas ou que esteja em local impróprio para sua idade ou que afete seu desenvolvimento físico e mental (TAVARES, 2014).

Ainda, Ishida (2015) explica que essa medida de proteção é base para portarias de juízes da infância e da juventude que almejam o “toque de recolher”, ou seja, horário estimado para que crianças e adolescentes voltem para suas casas.

O inciso II consiste no acompanhamento, orientação e apoio temporários por equipe profissional competente (ISHIDA, 2015). Essa medida é indicada para os

casos em que apenas uma intervenção estatal não se configura suficiente para fazer cessar os danos ou a própria causa de violação aos direitos da criança e do adolescente (TAVARES, 2014).

O inciso III tem como fundamento o artigo 54, I do Estatuto da Criança e do Adolescente²⁰, o qual explicita o dever do Estado em fornecer o ensino fundamental gratuito às crianças e aos adolescentes. Por isso, se eles não estão comparecendo regularmente às aulas ou se não estão matriculados, aplica-se a medida de proteção contida no referido inciso, pois é dever do Estado garantir o direito à educação à criança e ao adolescente (TAVARES, 2014).

O inciso IV trata de medida de proteção para inserção da família, da criança e do adolescente em programa comunitário ou oficial para acompanhamento e tratamento daquilo que viola ou ameaça os direitos previstos legalmente. Esses programas comunitários ou oficiais deverão ser analisados a fim de que a família seja alocada em um grupo que lhe seja adequado às suas necessidades, sendo de responsabilidade do Estado, na falta de um que supra essas necessidades, o oferecimento de novo (TAVARES, 2014).

Além disso, os incisos V e VI tratam, respectivamente, da requisição de tratamento médico, psiquiátrico ou psicológico e colocação em programa comunitário ou oficial para tratamento de alcoolismo ou toxicomania, os quais constituem programas específicos de fornecimento obrigatório pelo Estado, uma vez que é salvaguardado o direito à saúde (TAVARES, 2014).

A medida prevista no inciso VII é medida extrema que trata do acolhimento institucional, ou seja, essa medida “[...] ensejará a retirada da criança ou do adolescente do ambiente familiar ou da comunidade em que está inserido, provocando, na maioria das vezes, ingerência no poder familiar ou nas atribuições do tutor ou do guardião” (TAVARES, 2014, p. 659).

Apesar da manutenção e integração à família seja pressuposto do direito infantojuvenil, essa medida propõe o acolhimento da criança ou do adolescente em entidade que desenvolve acolhimento institucional de competência exclusiva da autoridade judiciária e se constitui como medida excepcional e provisória (TAVARES, 2014).

²⁰Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; [...] (BRASIL, 1990).

No caso dessa medida de proteção, deve-se observar o disposto no artigo 19, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual determina que, diante da provisoriedade da medida, a obrigatoriedade de aplicação da mesma deve ser reavaliada a cada seis meses por equipe interprofissional (com áreas de atuação variadas), que apresentará relatório à autoridade judiciária competente. Dessa forma, a autoridade poderá decidir sobre a colocação em família substituta ou reintegração à família (BRASIL, 1990).

O inciso VIII se assemelha ao inciso anterior, contudo o acolhimento é feito não em programa de acolhimento institucional de competência da autoridade judiciária, mas será acolhido por família prévia e devidamente cadastrada, provisoriamente, como nos casos de abandono e nos que a manutenção do vínculo familiar não mais atende aos requisitos de cuidado e proteção estabelecidos pela legislação, tornando-se inviável e insustentável (TAVARES, 2014).

Além disso, o artigo 34, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a medida de acolhimento familiar é priorizada em relação à de acolhimento institucional: “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei” (BRASIL, 1990).

A medida constante no inciso IX, de colocação em família substituta, consiste medida de derradeira aplicação. Somente casos em que as demais medidas, ou outras aplicadas pela autoridade competente, a colocação em família substituta poderá se executada, justamente pela priorização da manutenção e reintegração familiar prevista legalmente (TAVARES, 2014).

A colocação em família substituta é medida exclusivamente aplicada por autoridade judicial competente por meio de procedimento específico, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa. Assim, é concedida aos pais ou responsáveis a argumentação contrária ao pedido de colocação em família substituta, se demonstrar interesse em continuar no exercício do poder familiar (TAVARES, 2014).

Nesse diapasão, por fim, há de se verificar quais medidas aqui explicadas são condizentes com o fenômeno do abandono digital infantil, diante das vertentes de prevenção ou remediação:

Qual medida poderia ser utilizada a fim de prevenir a ocorrência do abandono digital infantil, levando-se em conta o ambiente íntimo familiar e o dever de atuação

do Estado, sendo os pais negligenciadores dos direitos da criança, bem como os primeiros a terem poder para impedir os danos que seriam causados por tal negligência.

Ou ainda, uma vez constituído o desrespeito ao artigo 98, II do Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, da violação ou ameaça a direito cujos agressores são os pais, quais medidas poderiam ser tomadas com intuito de remediar e conter os danos às crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Doutrina da Proteção Integral elevou as crianças e os adolescentes ao patamar de sujeitos de direitos com proteção prioritária e plena para um desenvolvimento saudável, doutrina esta adotada pela Constituição Federal de 1988.

Em perspectiva intrínseca, essa proteção deve ser exercida direta e mediamente pela família, precisamente pelos pais. Assim, o Código Civil brasileiro abrange a responsabilidade civil dos pais, bem como o poder familiar e a guarda.

O poder familiar consiste na autoridade dos pais em exercerem o dever de cuidar dos filhos, participar de sua vida e a gerir para benefício da criança e do adolescente. Decorrente do poder familiar tem-se a guarda e a responsabilidade civil dos pais.

A guarda é o poder-dever dos pais de manterem os filhos sob sua vigilância, enquanto que a responsabilidade está estritamente ligada a essa vigilância e traz o encargo de supervisionar e assumir os resultados das condutas dos filhos.

Dessa forma, pode-se depreender que os pais são os principais influenciadores das ações das crianças e dos adolescentes, e a eles incumbe o dever de participar e monitorar os filhos para seu crescimento normal, hígido e digno.

Isso não é exceção no meio digital, dado que esse é um reflexo do mundo real e possui os mesmos perigos. Ainda, o anonimato e a facilidade da internet deixam os riscos ainda mais acessíveis àqueles que não têm um firme ensinamento sobre como se proteger no mundo digital.

Se os pais se mantêm omissos na vigilância e desinteressados pelo comportamento dos filhos no mundo virtual, os riscos de uma adolescência ou juventude problemática aumentam, bem como, a ocorrência de traumas, desenvolvimento de problemas psicológicos e sofrimento de violência virtual – que também poderá alcançar o “mundo real”.

Portanto, ainda que imprescindível o cuidado em todos os estágios da vida, na infância esse cuidado deve ser ainda mais consistente, justamente por ser ela a fase de maior risco pela falta de acompanhamento dos pais e responsáveis.

Nesse sentido, o abandono digital infantil consiste na falta de monitoramento dos pais e responsáveis para com as crianças, seja por descaso, negligência ou falta de informação. Perfeitamente em concordância com o artigo 98, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, haja vista os pais ou responsáveis serem os agentes que, por ato ou omissão, ameaçam ou violam os direitos assegurados pelo estatuto.

Além disso, o artigo 5º do referido estatuto é expresso ao elencar qualquer forma de negligência como objeto de salvaguarda à criança.

A análise sistemática dos artigos mencionados permite que o fenômeno do abandono digital infantil seja compreendido e, por conseguinte, aplicado de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sem necessidade de integração da norma, uma vez que não existe omissão ou lacuna legal para tanto.

Embora muitos pais tenham a falsa impressão de que se os filhos estão na internet estão seguros, pois estão em casa, o mundo digital oferece tantos quantos riscos oferece o mundo real e se não, com mais acessibilidade.

Viu-se que, constitui dever da sociedade, do Estado e dos próprios pais zelar pelas crianças de modo a garantir-lhes o desenvolvimento saudável e com dignidade. Assim, caso esse desenvolvimento esteja sendo prejudicado por atuação dos pais ou responsáveis pela criança, qualquer pessoa que tomar conhecimento deve tomar as medidas cabíveis.

O Estado deverá atuar com aplicação das medidas protetivas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como daquelas que o Juiz da Vara da Infância e da Juventude julgar pertinentes para o caso em concreto.

Dessa forma, há que se verificar quais das medidas do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente são cabíveis aos casos de abandono digital infantil:

O abandono digital infantil, sendo caracterizado como negligência prevista no artigo 98, II do Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é, o descaso no monitoramento dos pais quanto ao uso pelos filhos da internet, por meio de dispositivos digitais, pode gerar diversas implicações prejudiciais à criança, como *cyberbullying*, pedofilia, exposição à pornografia e outros.

Nesse sentido, pais ou responsáveis que não possuem conhecimento dos prejuízos que a sua atitude omissa em relação aos filhos acessando o universo

digital, deve ser oportunizado pelo Estado programas de informação e aconselhamento, como, por exemplo, oferecimento de palestras ou oficinas que demonstrem a necessidade de atuação dos pais e exercício do dever de cuidado dos mesmos.

Portanto, perfazendo atuação preventiva, como preconiza o direito à criança, o inciso II do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente se mostra aplicável, uma vez que se efetiva na promoção de programas de orientação.

Além dessa medida, para os casos de já ocorrência de danos advindos do abandono digital infantil, pode ser aplicada a medida indicada no inciso IV e V do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os serviços e programas citados pelo inciso IV visariam ao apoio às famílias e crianças que sofreram em função de pedofilia, *cyberbullying*, exposição à pornografia, como forma de tratamento inclusivo para as crianças.

Sendo assim, entende-se que a presença dos pais, monitorando, auxiliando e ensinando os filhos no meio virtual, configura principal fonte de prevenção à ocorrência de maiores danos psicológicos.

Nesse diapasão, pode-se citar a medida presente no inciso V, o qual determina a requisição de tratamento médico, psiquiátrico ou psicológico, seja ambulatorial ou hospitalar.

Em casos em que o abandono digital infantil seja de tal modo em que cause traumas à criança, será necessária intervenção médica para que esse trauma não continue a afetar o desenvolvimento físico e mental da criança. Tem-se como exemplo o acontecimento de abuso sexual fruto de pedofilia iniciada no ambiente digital ou até mesmo o *cybebullying*, criando uma imagem distorcida da criança para si mesmo, podendo gerar até a vontade de suicídio.

Portanto, a aplicação das medidas de proteção legais se fazem importantes, como maneira de atuação do Estado na manutenção dos direitos das crianças, haja vista que essas são pessoas de direitos e se encontram em situação especial de desenvolvimento, merecendo proteção prioritária e integral, como delega a Doutrina da Proteção Integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 1974-2015, final. Anual. EAN7893614081267.

ALVES, Jones Figueirêdo. **Negligência dos pais no mundo virtual expõe criança a efeitos nocivos da rede**. Publicado em: 15 jan 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jan-15/processo-familiar-abandono-digital-expoe-crianca-efeitos-nocivos-internet>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. col. descomplicando. 3. ed. Recife, PE: Armador, 2017.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069/1990. 3. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2010.

BERRO, Maria Priscila Soares. **Adolescente em conflito com a lei: o processo de inclusão social por intermédio da reavaliação da natureza jurídica das medidas socioeducativas**. Tese (Doutorado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino, Centro de Pós-Graduação, Bauru, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Lei nº 12.695 de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

CASTILHO, Wanderson. **Você sabe o que o seu filho está fazendo na internet?:** a criança e o adolescente como alvos de criminosos no mundo virtual. São Paulo: Matrix, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FERRANDIN, Mauro. **Ato penal juvenil:** aplicabilidade dos princípios e garantias do ato penal. Curitiba: Juruá, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior:** dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia Jurídica.** 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil:** volume único. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIRARDELLO, Diogo Prestes. **O que é Direito Digital?** Conceito de Direito Digital e sua abrangência, 2017. Publicado em: 01 de março de 2017. Disponível em: <<https://diogoprestes.jusbrasil.com.br/artigos/252818928/o-que-e-direito-digital>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente:** doutrina e jurisprudência. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. **Ato infracional e Direitos Humanos:** a internação de adolescentes em conflito com a lei. Campinas, SP: Servanda Editora, 2014.

LIMA, Glaydson de Farias. **Manual de direito digital:** fundamentos, legislação e jurisprudência. Curitiba: Appris, 2016.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito.** 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado:** estudo integrado com processo e execução penal. 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança.** Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

PINHEIRO, Patricia Peck (coord.). **Direito Digital Aplicado 2.0**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

SARLET, Wolfgang Ingo. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2015

TAMAOKI, Fabiana Junqueira. **O sistema constitucional de proteção da criança ante a publicidade**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino, Centro de Pós-Graduação, Bauru, 2004.

TAVARES, Patrícia Silveira. As medidas de proteção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 7. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Luciano Mendes de. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**: comentários jurídicos e sociais. 7. ed. rev. e atual. Coord. Munir Cury. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

MENDES, Moacyr Pereira. **A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente frente a Lei 8.069/90**. Dissertação (Mestrado em Direito) – PUC/SP. São Paulo, 2006.

MONACO, Gustavo Ferraz de Camppos. **A proteção da criança no cenário internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de direito da criança e do adolescente**: ato infracional e medidas socioeducativas. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de família. 5. vol. 12. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.